



1 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**
2 **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

1 **ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE**
2 **PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO**
3 **ESTADO DE ALAGOAS**

4
5 Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis
6 (02/07/2026), às onze horas (11h), realizou-se a 15ª Reunião Ordinária do
7 Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de
8 Alagoas, de forma híbrida, presencialmente na Sala Joubert Câmara Scala,
9 localizada no 4º andar do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, e
10 virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência.
11 Compareceram presencialmente e/ou virtualmente o Excelentíssimo
12 Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os
13 Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima,
14 Vicente Felix Correia, Eduardo Tavares Mendes, Valter José de Omena
15 Acioly, Denise Guimarães de Oliveira, Maurício André Barros Pitta, Isaac
16 Sandes Dias, Sérgio Amaral Scala, Helder de Arthur Jucá Filho, Kícia
17 Oliveira Cabral de Vasconcellos, Luiz José Gomes Vasconcelos, Humberto
18 Pimentel Costa, Pérciles Gama de Lima Filho e Luciano Romero da Matta
19 Monteiro. Ausentes, justificadamente, as Excelentíssimas Procuradoras de
20 Justiça Silvana de Almeida Abreu e Sandra Malta Prata Lima, por se
21 encontrarem no gozo de folgas compensatórias e férias regulamentares,
22 respectivamente. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos
23 e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida,
24 fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: **1.** Ata da 14ª Reunião Ordinária
25 do CPJ em 2026; **2.** Processo SAJ nº 02.2026.00007839-8 (para
26 homologação). Interessado: Dr. Paulo Roberto de Melo Alves Filho,
27 Promotor de Justiça. Assunto: Plano de Atuação de 2026/2027 da 6ª
28 Promotoria de Justiça de Penedo; **3.** Projeto de Lei Ordinária Estadual.
29 Assunto: Dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores ativos e
30 inativos e dos pensionistas do Ministério Público do Estado de Alagoas.
31 **Quanto ao item 1**, relativo à Ata da 14ª Reunião Ordinária do CPJ em
32 2026, posta em votação, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Dr.
33 Vicente registrou que se abstinha de participar da deliberação por ter se
34 ausentado justificadamente da sessão anterior, sendo a ata conhecida e



3 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**
4 **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

35 aprovada por unanimidade pelos demais presentes. **Quanto ao item 2**, o
36 Presidente indagou aos integrantes se haveria algum pedido de destaque ou
37 proposta de aprimoramento em relação ao plano apresentado e, não
38 havendo manifestações em contrário, o plano de atuação foi conhecido e
39 homologado por unanimidade pelo colegiado. **Quanto ao item 3**,
40 concernente ao Projeto de Lei Ordinária Estadual que dispõe sobre o
41 reajuste da remuneração dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas
42 do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Presidente apresentou o
43 projeto explicando que o objetivo é conceder o reajuste anual com base na
44 variação inflacionária do exercício de 2025, fixado no percentual de
45 4,26%, respeitando a data-base de janeiro da categoria. Ressaltou que o
46 envio se dará no início do mês de agosto devido ao recesso da Assembleia
47 Legislativa, e informou que o projeto atende plenamente às diretrizes da
48 Lei de Responsabilidade Fiscal, contando com estimativa de impacto
49 orçamentário-financeiro subscrita pelos diretores Dra. Jamille Mendonça
50 Setton Mascarenhas e Dr. Arthur Tavares de Carvalho Barros. Registrou e
51 agradeceu o auxílio do Excelentíssimo Procurador de Justiça Humberto
52 Pimentel Costa na construção histórica e no acompanhamento da matéria,
53 bem como o prévio diálogo de equilíbrio estabelecido com o sindicato dos
54 servidores, sendo o projeto aprovado à unanimidade para encaminhamento
55 ao Poder Legislativo. Em seguida, foram apresentadas matérias em mesa,
56 iniciando-se pela proposta de alteração da Resolução nº 28/2023, que
57 instituiu o Prêmio de Boas Práticas, trazendo duas modificações centrais: a
58 primeira estabelece que o prêmio passará a ser deliberado duas vezes ao
59 ano, contemplando três práticas no primeiro semestre e três no segundo,
60 totalizando seis, em vez de apenas uma oportunidade anual; a segunda
61 determina que as inscrições passarão a ser realizadas por meio do sistema
62 de protocolo unificado direcionado à Secretaria do CPJ, extinguindo o
63 envio por e-mail, incluindo-se uma regra de transição temporária que
64 estende o prazo de inscrições deste segundo período até o final do mês de
65 julho, sendo a proposta aprovada por unanimidade. Dando continuidade, o
66 Ouvidor-Geral, Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício André
67 Barros Pitta, fez uso da palavra para expor em slides os resultados obtidos
68 pela Ouvidoria-Geral do MPAL, demonstrando o crescimento expressivo



5 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**
6 **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

69 na demanda social onde, enquanto nos anos de 2022, 2023 e 2024 os
70 atendimentos anuais giraram em torno de 2.200, apenas nos primeiros três
71 meses de 2026 foram registrados 2.794 atendimentos, projetando mais de
72 4.700 até o fim do ano. O Ouvidor destacou o êxito e a credibilidade
73 pública alcançados pelo órgão, exemplificado pelo aplicativo da Ouvidoria,
74 projeto premiado nacionalmente pelo CNMP, todavia alertou para o déficit
75 estrutural e de recursos humanos na assessoria técnica interna, atualmente
76 provida por apenas um servidor do quadro com formação em direito, o que
77 gerou demandas por atraso junto ao CNMP, sanadas com apoio da
78 Corregedoria, agradecendo também o apoio do Excelentíssimo Procurador
79 de Justiça Isaac Sandes Dias pelas servidoras cedidas à recepção e
80 Ouvidoria da Mulher. Em resposta, o Presidente parabenizou o Ouvidor
81 pelo brilhante trabalho continuado e comprometeu-se a destinar um novo
82 servidor qualificado para a Ouvidoria-Geral logo após a homologação do
83 recente concurso público de servidores do MPAL, cuja lista de aprovados
84 foi publicada há uma semana, registrando que o certame contou com cerca
85 de 19.600 inscritos para 17 vagas iniciais e cadastro de reserva. Na
86 sequência, os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Valter José de
87 Omena Acioly e Eduardo Tavares Mendes parabenizaram a Ouvidoria pelo
88 sucesso coletivo nos seus 15 anos de existência, ressaltando a relevância do
89 órgão como porta de entrada para o cidadão, especialmente diante do
90 déficit de promotores nas comarcas do interior. O Presidente
91 complementou apresentando dados de planejamento orçamentário e
92 reposição de pessoal, prevendo que o MPAL sofrerá desfalques estruturais
93 até o fim de 2027 devido a aposentadorias compulsórias por idade ao
94 atingirem o teto de 75 anos, reduzindo o quadro a cerca de 137 Promotores
95 de Justiça, ante as 178 vagas existentes. Adentrando à fase de
96 comunicações, o Excelentíssimo Corregedor-Geral, Dr. Eduardo Tavares
97 Mendes, informou não haver comunicações a fazer no momento. Com a
98 palavra, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Humberto Pimentel Costa
99 comunicou ao Colegiado que a Comissão de Assuntos Institucionais e
100 Administrativos concluiu a minuta de regulamentação do teletrabalho e da
101 concessão de residência fora da comarca, informando que o texto foi
102 enviado à Corregedoria-Geral, que retornou com excelentes contribuições



7 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**
8 **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

103 técnicas. Esclareceu que a comissão fará a consolidação final para
104 distribuição prévia na próxima sessão e deliberação posterior, tendo em
105 vista o prazo de 60 dias assinalado pelo Conselho Nacional do Ministério
106 Público (CNMP), o que foi acolhido pelo Presidente, que elogiou o papel
107 da Corregedoria pelo domínio estatístico e prático da instituição. Nada
108 mais havendo a tratar, o Presidente facultou a palavra e, diante da ausência
109 de novas manifestações, agradeceu a presença de todos e declarou
110 encerrada a sessão, determinando a lavratura da presente Ata que fiz e
111 rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Ivaldo da
112 Silva, Promotor de Justiça, sob a conferência e assinatura
113 do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

114
115 **Lean Antônio Ferreira de Araújo**
116 Procurador-Geral de Justiça
117 Presidente da Sessão



SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL

PORTARIA SPGAI nº 578, DE 08 DE JULHO DE 2026

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1290.0002076/2026-36, RESOLVE conceder em favor da Dra. SANDRA MALTA PRATA LIMA, Procuradora de Justiça do Ministério Público, 12º Cargo da Procuradoria Cível, portador do CPF nº ***.908.644-**, matrícula nº 62613, ½ (meia) diária, no valor unitário de R\$ 380,41 (trezentos e oitenta reais e quarenta e um centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 33,51 (trinta e três reais e cinquenta e um centavos), por diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com a Resolução CPJ n. 26/2025, perfazendo um total de R\$ 346,90 (trezentos e quarenta e seis reais e noventa centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Penedo – 3ª Região – Baixo São Francisco, no dia 27 de maio de 2026, para presidir o evento 'Café com Escuta', correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO: 000761 – Manutenção das Atividades do Órgão, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL

Colégio de Procuradores de Justiça

Atas de Reunião

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (02/07/2026), às onze horas (11h), realizou-se a 15ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, de forma híbrida, presencialmente na Sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente e/ou virtualmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Vicente Felix Correia, Eduardo Tavares Mendes, Valter José de Omena Acioly, Denise Guimarães de Oliveira, Maurício André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Sérgio Amaral Scala, Helder de Arthur Jucá Filho, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos, Luiz José Gomes Vasconcelos, Humberto Pimentel Costa, Péricles Gama de Lima Filho e Luciano Romero da Matta Monteiro. Ausentes, justificadamente, as Excelentíssimas Procuradoras de Justiça Silvana de Almeida Abreu e Sandra Malta Prata Lima, por se encontrarem no gozo de férias regulamentares e folgas compensatórias, respectivamente. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 14ª Reunião Ordinária do CPJ em 2026; 2. Processo SAJ nº 02.2026.00007839-8 (para homologação). Interessado: Dr. Paulo Roberto de Melo Alves Filho, Promotor de Justiça. Assunto: Plano de Atuação de 2026/2027 da 6ª Promotoria de Justiça de Penedo; 3. Projeto de Lei Ordinária Estadual. Assunto: Dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas do Ministério Público do Estado de Alagoas. Quanto ao item 1, relativo à Ata da 14ª Reunião Ordinária do CPJ em 2026, posta em votação, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Dr. Vicente registrou que se abstinha de participar da deliberação por ter se ausentado justificadamente da sessão anterior, sendo a ata conhecida e aprovada por unanimidade pelos demais presentes. Quanto ao item 2, o Presidente indagou aos integrantes se haveria algum pedido de destaque ou proposta de aprimoramento em relação ao plano apresentado e, não havendo manifestações em contrário, o plano de atuação foi conhecido e homologado por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 3, concernente ao Projeto de Lei Ordinária Estadual que dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Presidente apresentou o projeto explicando que o objetivo é conceder o reajuste anual com base na variação inflacionária do exercício de 2025, fixado no percentual de 4,26%, respeitando a data-base de janeiro da categoria. Ressaltou que o envio se dará no início do mês de agosto devido ao recesso da Assembleia Legislativa, e informou que o projeto atende plenamente às diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, contando com estimativa de impacto orçamentário-financeiro subscrita pelos diretores Dra. Jamille Mendonça Setton Mascarenhas e Dr. Arthur Tavares de Carvalho Barros. Registrou e agradeceu o auxílio do Excelentíssimo Procurador de Justiça Humberto Pimentel Costa na construção histórica e no acompanhamento da matéria, bem como o prévio diálogo de equilíbrio estabelecido com o sindicato dos servidores, sendo o projeto aprovado à unanimidade para encaminhamento ao Poder Legislativo. Em seguida, foram apresentadas matérias em mesa, iniciando-se pela proposta de alteração da Resolução nº 28/2023, que instituiu o Prêmio de Boas Práticas, trazendo duas modificações centrais: a primeira estabelece que o prêmio passará a ser deliberado



duas vezes ao ano, contemplando três práticas no primeiro semestre e três no segundo, totalizando seis, em vez de apenas uma oportunidade anual; a segunda determina que as inscrições passarão a ser realizadas por meio do sistema de protocolo unificado direcionado à Secretaria do CPJ, extinguindo o envio por e-mail, incluindo-se uma regra de transição temporária que estende o prazo de inscrições deste segundo período até o final do mês de julho, sendo a proposta aprovada por unanimidade. Dando continuidade, o Ouvidor-Geral, Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício André Barros Pitta, fez uso da palavra para expor em slides os resultados obtidos pela Ouvidoria-Geral do MPAL, demonstrando o crescimento expressivo na demanda social onde, enquanto nos anos de 2022, 2023 e 2024 os atendimentos anuais giraram em torno de 2.200, apenas nos primeiros três meses de 2026 foram registrados 2.794 atendimentos, projetando mais de 4.700 até o fim do ano. O Ouvidor destacou o êxito e a credibilidade pública alcançados pelo órgão, exemplificado pelo aplicativo da Ouvidoria, projeto premiado nacionalmente pelo CNMP, todavia alertou para o déficit estrutural e de recursos humanos na assessoria técnica interna, atualmente provida por apenas um servidor do quadro com formação em direito, o que gerou demandas por atraso junto ao CNMP, sanadas com apoio da Corregedoria, agradecendo também o apoio do Excelentíssimo Procurador de Justiça Isaac Sandes Dias pelas servidoras cedidas à recepção e Ouvidoria da Mulher. Em resposta, o Presidente parabenizou o Ouvidor pelo brilhante trabalho continuado e comprometeu-se a destinar um novo servidor qualificado para a Ouvidoria-Geral logo após a homologação do recente concurso público de servidores do MPAL, cuja lista de aprovados foi publicada há uma semana, registrando que o certame contou com cerca de 19.600 inscritos para 17 vagas iniciais e cadastro de reserva. Na sequência, os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Valter José de Omena Acioly e Eduardo Tavares Mendes parabenizaram a Ouvidoria pelo sucesso coletivo nos seus 15 anos de existência, ressaltando a relevância do órgão como porta de entrada para o cidadão, especialmente diante do déficit de promotores nas comarcas do interior. O Presidente complementou apresentando dados de planejamento orçamentário e reposição de pessoal, prevendo que o MPAL sofrerá desfalques estruturais até o fim de 2027 devido a aposentadorias compulsórias por idade ao atingirem o teto de 75 anos, reduzindo o quadro a cerca de 137 Promotores de Justiça, ante as 178 vagas existentes. Adentrando à fase de comunicações, o Excelentíssimo Corregedor-Geral, Dr. Eduardo Tavares Mendes, informou não haver comunicações a fazer no momento. Com a palavra, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Humberto Pimentel Costa comunicou ao Colegiado que a Comissão de Assuntos Institucionais e Administrativos concluiu a minuta de regulamentação do teletrabalho e da concessão de residência fora da comarca, informando que o texto foi enviado à Corregedoria-Geral, que retornou com excelentes contribuições técnicas. Esclareceu que a comissão fará a consolidação final para distribuição prévia na próxima sessão e deliberação posterior, tendo em vista o prazo de 60 dias assinalado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o que foi acolhido pelo Presidente, que elogiou o papel da Corregedoria pelo domínio estatístico e prático da instituição. Nada mais havendo a tratar, o Presidente facultou a palavra e, diante da ausência de novas manifestações, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, determinando a lavratura da presente Ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Ivaldo da Silva, Promotor de Justiça, _____ sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

NOTAS

NOTA DECLARATÓRIA

Por determinação do Excelentíssimo Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça, Lean Antônio Ferreira de Araújo, informo aos Senhores Procuradores de Justiça e ao público em geral que a 17ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça não se realizará na quinta-feira, 16 de julho de 2026.

Maceió, 9 de julho de 2026.

Ivaldo da Silva
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça